



Câmara de

FOZ

Informativo da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu



Já é lei: concessionárias de água e energia devem permitir que cidadão quite seus débitos antes do corte do serviço

5

Foto: Divulgação Copel

Economia solidária é tema de discussão na Câmara Municipal

2

Legislativo aprova criação de programa de redução gradativa de veículos de tração animal em Foz

3

Câmara aprova referências salariais aos agentes comunitários de saúde e endemias

4

Economia solidária é tema de discussão na Câmara Municipal

A economia solidária foi tema de discussão entre vereadores e representantes do Município em Foz do Iguaçu. O projeto de lei 66/2021, que trata sobre o assunto, está em tramitação na Casa de Leis.

O projeto visa o desenvolvimento de empreendimentos e redes de economia solidária por meio de programas, projetos e convênios firmados entre entidades da sociedade civil e órgão do Poder público. A ideia é criar diretrizes, objetivos e composição da Política Municipal de Economia Solidária.

A matéria ressalta que são compatíveis com princípios da economia solidária as atividades de organização de produção e comercialização de bens e serviços, da distribuição, do consumo e do crédito, tendo por base os princípios de auto-gestão, da cooperação e da solidariedade.

A justificativa do projeto traz como exemplo as associações dos clubes de mães, administrada por mulheres e para mulheres, com sedes em bairros

periféricos, onde são promovidos cursos de qualificação técnica e produzem artesanatos como fonte de renda para essas mulheres.



Foto: Christian Rizzi

Câmara de Foz sedia ato pela paz nas eleições de 2022

A Câmara de Foz sediou um pacto pela paz nas eleições deste ano. Participaram do evento: liderança das mais diversas matrizes religiosas, políticas, secretaria de direitos humanos. O evento foi organizado pelo Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP) de Foz do Iguaçu.

A representante do CDHMP, Tamara Cardoso, explicou “o pacto tem por objetivo as lideranças se comprometerem a conversar com a comunidade pedindo paz nas eleições, pedindo que exista tolerância diante das divergências políticas, contra os atos e discursos de ódio no período eleitoral”



Foto: Herika quingaglia

Incentivo ao esporte: Câmara aprova criação do programa esportivo auxílio monitor

Fomentar práticas desportivas é um dos deveres do Estado. Foz já contava com alguns programas, como o Bolsa Técnico. Agora, a Câmara de Foz discutiu e aprovou em sessão extraordinária o projeto de lei 127/2022, que autoriza o Executivo o Programa Esportivo Auxílio Monitor. Nas comissões reunidas, o projeto obteve parecer favorável e posteriormente foi aprovado em dois turnos e encaminhado para sanção do prefeito.

A prefeitura explicou na justificativa do projeto que com a extinção do programa Bolsa técnico, em 2019 foi realizado concurso público para contratação de técnicos desportivos, que em tese abrangeria todas as modalidades esportivas. Mas, os servidores nomeados não possuem a especialidade para trabalhar rendimento com as modalidades esportivas elencadas no Programa Auxílio Monitor, considerando exigência específica de qualificação.

Segundo o projeto, o programa deve ser concedido mensalmente para até 100 monitores, conforme

disposição de vagas e que cumpram 20 horas semanais. Ele deve ser implementado com a participação financeira do município, no incentivo aos monitores desportivos de alto rendimento, de formação em escolinhas e de projetos sociodesportivos.



Legislativo aprova criação de programa de redução gradativa de veículos de tração animal em Foz

O Legislativo aprovou o projeto de lei 26/2021, que cria o programa de redução gradativa do número de veículos de tração animal na área urbana do município. A proposta deve oferecer medidas de proteção à fonte de renda desses trabalhadores, por meio de políticas públicas.

De acordo com o projeto, o programa de redução gradativa do número de veículos de tração animal (VTA) estabelece: prazo para realização pelo Executivo de do cadastramento social dos condutores de VTA e ações que devem viabilizar transposição desses condutores para outros mercados de trabalhos, por meio de políticas públicas de transposição anual que contemplem todos os condutores de VTA identificados e cadastrados pela prefeitura.

A proposta da nova lei define em: um ano prazo para realização, pelo Executivo, do cadastramento social dos condutores de veículos de tração animal; em dois anos o prazo no caso de veículos de tração animal.

O texto permite a utilização desses veículos de tração animal em locais privados; na área rural; em baias que sejam autorizadas pelo Executivo.



Foto: Christian Rizzi

Tenente-coronel Davies, da PM, é o mais novo cidadão honorário de Foz do Iguaçu

Em reconhecimento aos serviços prestados a 33 anos na área da segurança pública no município de Foz do Iguaçu, a Câmara Municipal entregou em sessão solene, nesta sexta-feira, 05 de agosto, o Título de Cidadão Honorário ao Tenente-Coronel Adelar Davies, da Polícia Militar.

A cerimônia, abrilhantada pela banda do Colégio da Polícia Militar, conduzidas pelos regentes do 34º BIMec, e contou com a presença de vereadores, do Bispo Dom Sérgio de Deus; Major Marcos de Souza, comandante do 14º Batalhão da Polícia Militar; Capitão Guilherme Paulin, representante do comando do Destacamento do controle do espaço aéreo; Diego Rodrigues, coordenador regional do Depen; Rogério Antônio Lopes, delegado chefe da 6ª subdivisão da polícia civil; Fábio Tamura, Delegado-chefe da Polícia Federal; Capitão Eliseu Gonçalves, comandante do 5º colégio da Polícia Militar; Major Edson Leonel, subcomandante do 9º agrupamento de bombeiros; Coronel Sérgio Malucelli, presidente da Federação das empresas de transporte de cargas do Paraná; José Novach, do comando regional de Cascavel; Alexandre Kraus, diretor da Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu (PEF 1).

Tenente-coronel Jahnke falou em nome do Poder Executivo: “Existe uma grande diferença entre as pessoas que surgem em nossa vida em determinados momentos e aquelas que permanecem para sempre. A essas chamamos de amigos. Em nome do prefeito, venho trazer as palavras para parabenizar aos vereadores que votaram esse título a você, isso é o coroamento de uma carreira brilhante. Foz proporciona um justo e merecido título”.

Durante o evento, Appolinario Quiroz Filho declamou uma poesia de sua autoria “Receita para uma Vida Plena”, acompanhado por Dorival Pereira, ao violão,



Foto: Christian Rizzi

como forma de homenagear Davies. Após receber o pergaminho, o mais novo cidadão honorário de Foz agradeceu: “o espírito de gratidão, receber título de cidadão honorário me traz mais direitos do que privilégios. Espero contribuir com o progresso regional. Com muita alegria proclamo: sou cidadão de Foz do Iguaçu”, finalizou Adelar Davies.

História

Natural de Marechal Cândido Rondon, Tenente-Coronel Davies entrou na Polícia Militar em 1990. É graduado em Direito pela UNIFOZ e em Gestão de Políticas Públicas pelas UNIOESTE. Davies dedica 33 anos de sua vida para a área da segurança pública do estado. Foi Patrulheiro e motorista de viatura, com inúmeras jornadas no policiamento a pé na Av. Brasil no começo de sua carreira e mais tarde chefiou o Grupo de Operações Especiais (GOE) atualmente Pelotão de Choque.

Câmara aprova referências salariais aos agentes comunitários de saúde e endemias

Agentes comunitários de saúde e endemias lotaram o plenário da Câmara Municipal. Eles acompanharam a votação do projeto que acresce 11 referências aos referidos cargos. Após os vereadores aprovarem por unanimidade a matéria, os profissionais comemoraram a conquista.

O piso nacional da categoria foi estabelecido pela emenda constitucional 120/2022 aos cargos de Agente Comunitário de Saúde, Agente de Combate às

Endemias, Agente de Combate às Endemias Educador em Saúde. A nova lei terá efeitos retroativos a 6 de maio de 2022, data de aprovação da emenda constitucional. O Legislativo aprovou em 1ª e 2ª discussões e foi para sanção do prefeito.

Segundo o projeto encaminhado pela prefeitura, um Agente Comunitário de Saúde ou Agente de Endemias, receberá dos cofres públicos o valor de R\$ 3.801,35, incluindo o valor de R\$ 70,96 da diferença entre o

valor mínimo estabelecido pelo Governo Federal de R\$ 2.424,00 e o valor de R\$ 2.494,96 equivalente a referência 48 do Quadro Financeiro de Referências e Vencimentos do Município, sendo repassado pelo Governo Federal o valor de R\$ 2.424,00 por servidor. Ou seja, sem considerar as ascensões ou promoções previstas na carreira dos servidores estatutários, que desde 2019 beneficia também os ACSs e ACEs transformados em estatutários por esta gestão, o Município investe mensalmente com recursos próprios o valor de R\$ 1.377,00 por servidor ACS ou ACE estatutário e R\$ 1.501,00 com os que continuam celetistas.

Diversos servidores dos cargos estiveram presentes no plenário acompanhando a votação da matéria. Sandro Oliveira, agente comunitário de saúde há 16 anos, destacou:

“Os dois salários foram reivindicações nacionais. Ficamos três meses discutindo com a prefeitura. Ainda temos a nossa luta pelo plano de carreira. Somos no total aproximadamente 438 agentes comunitários e 432 agentes de endemias”.



Foto: Christian Rizzi

André Luiz Gomes, agente de endemias há seis anos, falou que “os servidores no Centro de Controle de Zoonoses trabalham atuando no combate à dengue, leishmaniose, recolhimento de serpentes, enxame de abelha, escorpião e outras situações como essas. Nós ainda também estamos na luta pela implementação do plano de carreira”.

Já é lei: concessionárias de água e energia devem permitir que cidadão quite seus débitos antes do corte do serviço

A Lei 5.133/2022 permite agora pagamento de débitos com concessionárias de água e energia elétrica antes que a suspensão do serviço seja efetivada. A normativa é fruto do projeto de lei 117/2021.

O projeto fixa que o pagamento da dívida pode ser feito em pix, cartão de crédito, débito e caso o agente da concessionária ou empresa terceirizada que efetua o trabalho esteja sem máquina de cartão de crédito o serviço não poderá ser cortado.

A lei foi publicada no diário oficial do dia 12 de julho deste ano. O efeito dela tem 120 dias para entrar em vigor.



Foto: Christian Rizzi

Foz Futebol Clube recebe reconhecimento da Câmara pela conquista do acesso à 1ª divisão

O Foz do Iguaçu Futebol Clube, carinhosamente chamado por Azulão da Fronteira, recebeu na manhã desta quarta-feira, 17 de agosto, uma moção de aplauso (10/2022) pela conquista do Título de Campeão da 2ª divisão do Paranaense.

Durante a homenagem foi exibido um vídeo do time,

com alguns momentos da partida decisiva que culminou com a conquista do acesso à primeira divisão. Quem recebeu a placa em nome do time e toda direção técnica foi o Diretor de Marketing do grupo, Roberto Mafra.

“Reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo Foz Futebol Clube. Ao nosso presidente, nosso

agradecimento especial. Todos sabem que fazer esporte, por mais apaixonante que seja, não é fácil. É todo dia vencendo desafio, uma batalha. Ao nosso amigo e técnico Negreiros, que chegou em um momento de muita dificuldade, estávamos próximos a cair para terceira divisão dentro de campo. Então ele veio e resolveu a história. Não é apenas futebol, são histórias de vidas, empenho. Trabalhamos 24 horas com o futebol, temos viagens, casa do atleta, nosso pessoal que dá suporte na cozinha, lavanderia, motoristas. É uma sensação de dever cumprido”, pontuou Roberto Mafra.



Foto: Abel da banca

Câmara aprova criação da coordenadoria de Prevenção e Combate à violência contra a mulher

O fortalecimento na luta pelo fim da violência contra a mulher passa pelo avanço de políticas públicas e equipamentos de proteção. Nesse sentido, foi aprovado, pelos vereadores o projeto (129/2022) que cria a Coordenadoria de Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher - COPCVM, responsável pelo Programa Patrulha Maria da Penha.

A demanda é antiga entre a equipe da patrulha, que é composta atualmente de 11 pessoas. O projeto foi aprovado em dois turnos e seguirá para sanção do Poder Executivo.

“Começamos a patrulha em 2015, em 2016 fomos para rua, a demanda foi crescendo e a patrulha dentro do organograma da guarda não tinha orçamento e competências definidas. Pedimos a coordenadoria, há 05 anos, para termos autonomia para podermos trabalhar e firmar novos convênios. É uma valorização do trabalho da patrulha, que atende 1.500 mulheres que possuem medidas protetivas”, disse a coordenadora da Patrulha, Iraci Pereira Segundo.

Segundo dados do Executivo, atualmente, o Programa Patrulha Maria da Penha encontra-se disciplinado pela Lei Municipal nº 4.452, de 15 de abril de 2016, que instituiu no Município de Foz do Iguaçu uma parceria entre a Secretaria Municipal de Segurança Pública e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, visando a fiscalização das medidas protetivas de urgência deferidas às mulheres vítimas de violência.

Ainda de acordo com o projeto, “o sucesso do Programa fez com que novas demandas fossem solicitadas por parte do Poder Judiciário, que requisitou apoio para outras medidas de atendimento, como acompanhamento para retirada de



Foto: Christian Rizzi

pertences do acusado após alvará de soltura, acompanhamento de acusados até o Posto Avançado de Monitoração para colocação de monitoração eletrônica, entre outros.

Tudo isso fez com que a Patrulha fosse solicitada nas mais diversas reuniões com a rede de Proteção da Mulher, fornecendo apoio para Instituições, como o Juizado de Violência Doméstica, Ministério Público, Casa Abrigo, CRAM, Delegacia da Mulher, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Universidades Públicas, entre outros. A Patrulha Maria da Penha de Foz auxiliou na criação de outras Patrulhas no Paraná, como nos Municípios de Toledo e Cascavel.

Programa cooperação e código do sinal vermelho será realizada em Foz

A partir de agora, Foz do Iguaçu vai contar com o “Programa de Cooperação e Código Sinal Vermelho”, como medida de combate e prevenção à violência doméstica ou familiar, nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. A Câmara aprovou o projeto de lei 119/2022.

O código de sinal vermelho é uma forma de pedido de socorro da vítima. E, ao ver o pedido, o protocolo é ligar imediatamente para a polícia militar (190) ou 153 (Patrulha Maria da Penha).

A proposta da lei também fixa que o Poder Executivo também poderá promover ações para viabilizar protocolos de assistência às pessoas em situação de violência doméstica e familiar.



Foto: Christian Rizzi

Legislativo teve 1º semestre intenso de atividades, projetos e discussões

A Câmara de Foz contou uma agenda intensa de atividades no primeiro semestre deste ano. Foram aproximadamente 25 sessões ordinária, 52 sessões extraordinárias, 48 projetos de lei, 6 projetos de decreto Legislativo, 4 projetos de lei complementar, 624 requerimentos, 15 audiências públicas, 1.115 indicações, 10 moções, 2 projetos de resolução e um projeto de emenda à lei orçamentária anual.

Dentre os temas discutidos e aprovados estavam: projetos de incentivo à geração de emprego e renda; proposições de combate à violência contra a mulher; busca de soluções para impasse do transporte público; projetos referentes ao funcionalismo público municipal; agilização de alvarás; melhorias para área da saúde pública; prioridade de microempresas locais em contratações públicas na cidade.



Agora é lei: empresas prestadoras de serviço à administração pública de Foz devem ofertar vagas na agência do trabalhador

Já é lei: empresas que prestam serviços à administração pública devem ofertar vagas na agência do trabalhador. O projeto de lei originado na Câmara (PL 146/2021), foi sancionado e se tornou a Lei Municipal 5.142/2022. A lei foi publicada no diário oficial de 29 de julho e os efeitos dela passam a valer após 30 dias.

A nova lei fixa que as empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, empresas terceirizadas que prestam serviços a órgãos da administração direta e indireta do município, assim como entidades beneficiadas com subvenções sociais cuja origem sejam os recursos do orçamento da cidade deverão disponibilizar no banco de dados da Agência do Trabalhador de Foz do Iguacu todas as vagas de empregos disponíveis em seus quadros de trabalhadores.

As referidas empresas que infringirem o que diz a lei estão sujeitas à advertência e multa, no valor correspondente a 50 unidades fiscais.

Quem deve fiscalizar é o órgão contratante. Além disso, a lei estabelece que nos editais de licitação que visem à contratação de empresas concessionárias, permissionárias ou terceirizadas de serviços públicos deve conter cláusula que especifique a obrigatoriedade de cumprimento da lei.

Outro aspecto importante da nova legislação é que empresas cujos contratos do poder público tenham sido firmados anteriormente à lei devem se adaptar à medida da necessidade de preenchimento de novas vagas.



Foto: Christian Rizzi

Câmara e OAB de Foz assinam termo de cooperação técnica

A Câmara Municipal de Foz, e a Ordem dos Advogados -OAB de Foz, representada pelo presidente Vitor Hugo Nachtygal firmaram um termo de convênio para cooperação técnica e desenvolvimento de ações, programas e projetos de interesse e objetivos comuns.

Além do intercâmbio de conhecimento, o projeto também prevê fornecimento de materiais informativos e possibilidade de desenvolvimento de cursos. A ideia é que também auxilie a população carente no que se refere ao acesso de informações.

“É um atendimento que tem relação com a cidadania. Vamos começar com implementação de núcleo de atendimento à cidade, com a disposição de profissionais. Devemos também atender pessoas carentes, no que se refere à informação, nas áreas de direito previdenciário, direito trabalhista e também assistência social”, explicou o presidente da OAB de Foz, Vitor Hugo Nachtygal.



Foto: OAB

Câmara promoveu debate sobre a pesca do Tucunaré

A Câmara Municipal realizou uma audiência pública para debater a pesca ao Tucunaré no limite do município de Foz do Iguaçu. Pescadores, adeptos da atividade esportiva e representantes de órgãos municipais e estaduais estiveram presentes. Durante o evento os principais assuntos discutidos foram: fomento à pesca para o turismo, preservação da biodiversidade e incentivo aos pescadores que dependem da atividade econômica.

Durante o debate foi exibido um vídeo com depoimentos de pescadores esportivos, ressaltando o fomento à pesca, ao turismo. “Estamos trabalhando na secretaria de turismo para inserir Foz no calendário dos grandes eventos náuticos. Águas nós temos. Mas não podemos esquecer da nossa responsabilidade ambiental”, disse o secretário de turismo de Foz, Paulo Angeli, no vídeo.

Além de vereadores, também estiveram presentes: Jan Albert Nieuwenhoff - diretor de agropecuária da secretaria municipal de desenvolvimento comercial, industrial e agropecuário, neste ato representando o chefe do poder executivo municipal; Sérgio Suzuki, chefe do setor regional do Ibama; Evandro Ferreira - Comodoro do Icli (late clube lago de Itaipu); Flávio Kabroski - presidente da colônia dos pescadores z-12 em Foz do Iguaçu; Eduardo Narimatsu - secretário do clube de pesca Maringá e diretor executivo da associação projeto multiplicação dos peixes. Eduardo Narimatsu, secretário do clube de pesca Maringá e diretor executivo da associação falou sobre o projeto multiplicação dos peixes. “Acreditamos que podemos fazer o repovoamento desses rios de maneira técnica e coordenada. Acredito que com parceria e diálogo com comunidade ribeirinha que vejam o potencial que mais vale um peixe vivo do que morto”.

Pesca esportiva

O engenheiro de pesca, Alexandre Klein, disse: “Temos representantes dos maiores torneios da região e sabemos o quanto isso gera de renda e desenvolvimento. Cada local em que se vai fazer uma lei de proteção é preciso ser analisado separadamente. A barragem da Itaipu resultou em uma perda de 70% ou 80% da biodiversidade. A preocupação que algumas pessoas possam ter de o Tucunaré se tornar uma praga na região, não é verdade, não tem como acontecer. Buscamos com essa lei o manejo sustentável”.

Evandro Ferreira, Comodoro da Icli, expôs: “ao contrário do que parece, não existem lado opostos sobre a preservação do meio

ambiente e pesca esportiva. O Tucunaré é visto como vilão, mas ele não está no topo da cadeia alimentar. O projeto de lei tem caráter simbólico e educativo, diante das dificuldades para fiscalização. Quem pesca de maneira predatória não respeita nenhum peixe”.

Colônia de pescadores

Flávio Kobroski, pescador profissional e presidente da colônia dos pescadores z-12, marcou posicionamento contrário à regulamentação desse tipo de pesca. “Se a gente fosse brigar por um bem maior, de produzir o turismo na nossa região e deveríamos brigar por um canal de migração na usina da yacyretá, que traria muito mais benefício para o pescador amador”.

Tribuna livre

Domingo Rodriguez pontuou: “a pesca amadora de tucunaré tem sido monitorada pela Itaipu desde 2001. Não há motivo para se manter uma espécie exótica, carnívora. O Tucunaré tem ciclo de queda e subida ao longo de seis anos”.

Toninho Fernandes, grupo de pescadores esportivos de Santa Terezinha de Itaipu, destacou: “nosso grupo foi criado em 2013, eu sou da pesca esportiva desde 1990, os torneios e eventos crescem cada vez mais e desenvolvem turismo grande na região. Nosso grupo hoje serve de exemplo para outras cidades lindeiras”.

Ibama

Sérgio Suzuki, chefe do setor regional do Ibama, ponderou sobre a reprodução da espécie na região e o impacto na biodiversidade.



Foto: Christian Rizzi